



**O uso de dados como uma ferramenta de ativismo e emancipação social:
uma análise de levantamentos feitos por favelas do Rio de Janeiro**

**The use of data as a tool for activism and social emancipation:
an analysis of surveys carried out by favelas of Rio de Janeiro**

Maria Alice Santos Freire¹
Raquel Paiva²

Resumo: O trabalho explora como o ativismo baseado em dados pode ser uma ferramenta a favor da ação cidadã em comunidades faveladas do Rio de Janeiro. A pesquisa combinou revisão bibliográfica com análise de dados quantitativos e qualitativos coletados em levantamentos comunitários, e apresenta como a mineração de dados pode ser utilizada para identificar problemas sociais e mobilizar a sociedade civil, contribuindo para fortalecer a luta por direitos.

Palavras-chave: Comunicação comunitária; Ativismo de dados; Favela.

Abstract: The paper explores how data-based activism can be a tool for citizen action in favela communities in Rio de Janeiro. The research combined a literature review with analysis of quantitative and qualitative data collected in surveys conducted by communities, and presents how data mining can be used to identify social problems and mobilize civil society, helping to strengthen the demand for civil rights.

Keywords: Comunitary communication; Data activism; Favela.

¹ Estudante de Jornalismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e bolsista PIBIC do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC). E-mail: mariaalice.freire@discente.eco.ufrj.br.

² Orientadora do trabalho. Professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: raquelpaiva.soares@eco.ufrj.br



Introdução

A pandemia da COVID-19 foi responsável por mais de 700 mil mortes e 38 milhões de casos confirmados só no Brasil. Se, inicialmente, a doença parecia não distinguir gênero, raça ou classe social, com o tempo foi ficando evidente que, na verdade, nas desigualdades ela se tornava ainda mais letal. Só no primeiro ano de enfrentamento da pandemia, o complexo da Maré, mais populoso conjunto de favelas do Rio de Janeiro, chegou a registrar uma letalidade duas vezes maior comparada à capital do estado³. Os efeitos socioeconômicos da COVID-19 também foram sentidos de forma mais intensa pelas favelas. O levantamento “Coronavírus nas favelas: a desigualdade e o racismo sem máscaras”⁴, realizado pelo coletivo Movimentos e feito a partir de uma amostragem de 955 residentes do Complexo do Alemão, do Complexo da Maré, da Cidade de Deus e de outras periferias, mostrou que mais de 54% dos moradores perderam o emprego durante a pandemia. Indicadores de saúde mental também foram analisados: 76% dos respondentes afirmaram ter distúrbios de sono, enquanto 43% declararam enfrentar algum nível de depressão.

Com isso, este trabalho tem como objetivo explorar como o ativismo de dados, por meio da coleta e análise de informações, possibilitou às comunidades faveladas do Rio de Janeiro enfrentar os desafios da pandemia da COVID-19, fortalecendo suas vozes e demandando políticas públicas mais justas.

O chamado ativismo de dados (*citizen-generated data*) e o estatativismo, conforme denominado por Didier e Bruno (2021), são ferramentas relativamente recentes, mas que vêm sendo usadas pelas favelas mesmo antes da pandemia. Sua aplicação possibilita aos movimentos e periferias serem eles mesmos os autores de suas próprias representações, indo contra a produção (ou omissão) de dados que fomentem ainda mais estigmas relacionados às suas comunidades (Castro; Paiva, 2024). A já citada pesquisa “Coronavírus nas favelas: a

³ Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2022-08/complexo-da-mare-teve-letalidade-por-covid-duas-vezes-maior-que-o-rio>. Acesso em: 17 jul. 2024.

⁴ Disponível em:

<https://cesecseguranca.com.br/textodownload/coronavirus-nas-favelas-a-desigualdade-e-o-racismo-sem-mascaras/>. Acesso em: 16 jul. de 2024.



desigualdade e o racismo sem máscaras” é um exemplo dentre muitos dessa modalidade de ativismo comunitário.

Outros levantamentos, realizados antes, durante ou após a pandemia, também foram evidenciados ao longo deste trabalho. É o caso da pesquisa “Como anda a luz no Jacarezinho?”, que foi realizada pelo LabJaca e trouxe dados acerca do fornecimento de energia na favela do Jacarezinho. Outro destaque é o Painel Unificador Covid-19 nas Favelas, uma parceria da organização Comunidades Catalisadoras com outros coletivos, que forneceu dados diários sobre o avanço da COVID-19 nas favelas do Rio.

Diante de um cenário de carência social, ausência de assistência por parte do Estado, problemas infraestruturais e, no caso da COVID-19, subnotificações de casos da doença, foram criados diversos coletivos, ações e inventividades por moradores e líderes comunitários como uma forma de resistência, tendo a criatividade e a solidariedade como eixos basilares. Assim, a pesquisa busca responder à seguinte questão: como a mineração de dados, realizada por movimentos sociais nas favelas do Rio de Janeiro, contribuiu para o enfrentamento da pandemia da COVID-19 e para a construção de narrativas alternativas sobre esses territórios?

Se a comunicação comunitária tem o papel de formar cidadãos capazes de compreender e transformar o mundo (Peruzzo, 2013), na pandemia esse papel foi responsável por defender a sobrevivência no sentido mais literal da palavra. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é olhar a comunicação comunitária e as chamadas “comunidades gerativas” (Paiva, 2004) pela lupa da cidade do Rio de Janeiro durante a pandemia e, mais especificamente, entender como a mineração de dados também faz parte desse conjunto de ações ativistas. Para este fim, serão abordados conceitos teóricos relacionados à comunicação comunitária e ao ativismo de dados. Também serão analisados exemplos práticos de levantamentos desenvolvidos por movimentos de periferias do Rio de Janeiro, de forma a demonstrar como o ativismo de dados vem se destacando como uma ferramenta capaz de fomentar a construção de agendas mais justas e reivindicar direitos civis.

1. Sobre a comunicação comunitária e as comunidades gerativas



A fim de elucidar os exemplos práticos que serão abordados ao longo deste trabalho, iremos resgatar alguns conceitos e aplicações teóricas importantes para a compreensão desta pesquisa. O primeiro deles trata justamente do surgimento de ações e veículos comunitários a partir do agrupamento de indivíduos comuns, conforme mencionado pela professora Raquel Paiva:

O surgimento de veículos a partir dos grupos comunitários têm caráter basicamente local, de abordagem de temática relacionada ao particular, ao que interessa especificamente àquele grupo, e de conscientização de sua realidade. Existe, assim, a possibilidade de reforçar uma das facetas a que se refere a comunidade: a das relações de pertencimento entre seus membros, e conseqüentemente o poder reivindicatório, que se instala a partir da informação numa ótica programática, não com um propósito meramente promocional, mas de melhoria da qualidade de vida do indivíduo (Paiva, 1998, p. 56- 57).

Tendo em vista que o objetivo desses agrupamentos comunitários é justamente a busca por melhorias na qualidade de vida e por reivindicações locais, destaca-se também o caráter cidadão dessas lutas. Conforme proposto por Peruzzo (2013), o fazer comunitário democratiza o poder de comunicar na prática, oferecendo meios e indicativos para a produção informativa do conhecimento, difundindo a voz dos cidadãos em prol de mudanças sociais. A autora menciona, ainda, que esse processo tem um caráter educacional, uma vez que seus participantes operam sistemas mesmo sem possuírem conhecimentos específicos e “aprendem na prática, uns com os outros, recebem ajudas esporádicas de aliados e às vezes até têm a oportunidade de participar de cursos de longa ou curta duração” (Peruzzo, 2013).

Nessa mesma direção, faz-se importante elucidar também o conceito de “comunidades gerativas”, proposto por Paiva (2004). Ele é designado como um conjunto de ações sociopolíticas inclusivas, executadas por um grupo de cidadãos, que impulsiona a coexistência harmônica e o florescimento de um vínculo com um propósito maior frente a um cenário de exclusão social e omissão do estado:

Por comunidade gerativa, queremos designar o conjunto de ações (norteadas pelo propósito do bem comum) passíveis de serem executadas por um grupo e/ou conjunto de cidadãos. A proposição parte da evidência de que o horizonte



que caracteriza a sociedade contemporânea – a falência da “política de projetos”, a descentralização do poder, a forte tônica individualista e cosmopolita – produz a busca de alternativas. E, dentre elas, a da atuação de uma política gerativa, ou seja a ênfase nas ações práticas do cotidiano e da localidade (Paiva, 2004, p. 58-59).

Tendo esses conceitos como princípios norteadores, será analisado como a mineração de dados por coletivos e lideranças da favela apresenta-se como uma ferramenta para o fomento das comunidades gerativas e do caráter cidadão e educativo da comunicação comunitária.

2. Uso de dados como forma de ativismo

À primeira vista, ao pensarmos em comunicação comunitária, é comum associá-la a meios e veículos “simples” e de alcance mais limitado, tais como o jornal local, as rádios comunitárias, o uso de alto-falantes e de panfletos. Entretanto, com o progresso técnico da Internet e o surgimento de novas tecnologias e mídias de comunicação, é observado também o uso dessas novas ferramentas por movimentos populares e sociais, processo que ampliou o poder de transmissão dos conteúdos locais e de conscientização para novos receptores (Peruzzo, 1999).

A apropriação de ferramentas digitais pela comunicação comunitária traz ainda algumas outras vantagens, elencadas por Ramalho (2015): o custo menor quando comparado ao uso de meios físicos, haja vista a necessidade de comprar materiais tanto para veículos impressos quanto radiofônicos; a possibilidade de criar redes de conexões norteadas por interesses em comum; de atingir novos públicos e fomentar um debate virtual com trocas de opiniões. Durante a pandemia da COVID-19, soma-se uma outra vantagem ao uso da Internet como ferramenta comunicacional: a capacidade de transmitir mensagens sem sair de casa, seguindo o isolamento social como medida preventiva.

Além das redes sociais e dos *websites*, destaca-se a mineração de dados como uma das tecnologias digitais que vem sendo utilizada pela comunicação comunitária. A partir da apropriação de técnicas que envolvem a coleta, catalogação, tratamento e análise de indicadores, a favela ganha o poder não só de contestar dados produzidos por outras instituições,



mas também de ser ela mesma a criadora de estatísticas que dizem respeito ao seu próprio território (Castro; Paiva, 2024).

Esse tipo de ativismo baseado na geração e análise de dados pelos próprios cidadãos (*citizen-generated data*) é chamado de “estatativismo”, e pode ser definido como um “conjunto de práticas estatísticas voltadas para a emancipação, como de uma palavra de ordem que convoca atores sociais a utilizarem-se do poder da quantificação em suas lutas, ao invés de rejeitá-lo e entregá-lo às instituições poderosas” (Bruno; Didier, 2021). Quando realizado pelas favelas, ele simboliza uma oportunidade de, em casos de omissão por parte do Estado, ela produzirem conteúdos sobre si mesmas ou contestarem estatísticas de fora que reforcem estigmas.

3. Ativismo de dados na prática: exemplos de favelas do Rio de Janeiro

A produção de dados sobre a favela pela própria favela, não foi uma iniciativa que surgiu durante a pandemia. Talvez um de seus exemplos mais sólidos e pioneiros seja o Censo Populacional da Maré, iniciativa realizada desde 2010 pelo movimento Redes da Maré. Trata-se de um levantamento demográfico, geográfico e cartográfico de todas as 16 favelas que fazem parte do complexo. Ele dá luz a informações que vão desde a garantia de direitos humanos básicos, como a educação e o saneamento básico, até indicadores populacionais, como porcentagem de autodeclarações raciais e estruturação etária dos moradores do complexo. Na última publicação do Censo, a edição trouxe o principal objetivo de se realizar uma pesquisa como essa:

Esse diagnóstico oferece um rico subsídio às ações públicas ou privadas, do Estado ou da sociedade civil, que visem atender às demandas sociais com maior eficácia e precisão e construir políticas públicas mais focalizadas no maior conjunto de favelas da cidade do Rio de Janeiro. O pressuposto de um projeto com tal envergadura é o de que a favela e os outros espaços periféricos devem ser reconhecidos por suas potências latentes ou patentes. É nesse contexto que entendemos que um território com a potência da Maré, com sua complexidade e suas dimensões, merece o imenso esforço realizado para materializar esse trabalho. Sem dúvida, ele pode representar um passo a mais na construção de um projeto integrado e continuado de desenvolvimento



sustentável dessas favelas que, em síntese, constituem um emblema da realidade plural do Rio de Janeiro (Redes da Maré, 2019, p. 9).

A partir dessa premissa, é possível visualizar como o objetivo do projeto está alinhado com o conceito de comunidades gerativas, que é buscar alternativas de melhorias coletivas em um cenário de desassistência por parte do Estado. E a ferramenta para atingir tal objetivo relaciona-se com o conceito de estatativismo. Além do fim da realização do Censo ser fornecer ferramentas para a emancipação do território, os meios utilizados para tal também fomentam esse processo. O trabalho de coleta de dados é realizado por mais de 120 moradores do complexo, formados por capacitações, além de uma equipe multidisciplinar composta por cientistas sociais, economistas, estatísticos, técnicos em cartografia, dentre outros.

Sobre o porquê realizar um censo populacional quando o mesmo tipo de levantamento no território já é feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Redes da Maré também explica: “o propósito relevante da nossa ação está, justamente, em buscar desvelar não só (i) as demandas dos moradores como, também, (ii) o conjunto de singularidades e práticas sociais da Maré” (Redes da Maré, 2019). Essa justificativa também está ligada ao conceito do estatativismo, que é produzir estatísticas voltadas para a emancipação do território, ao invés de simplesmente ser um receptor dos dados produzidos por grandes instituições.

Os resultados do último Censo contabilizaram mais 139 mil moradores em todo o complexo da Maré, um número considerado muito expressivo. Como ilustração, o levantamento explicou que isso significa que um a cada 46 moradores do Rio mora no conjunto de favelas da Maré, e que ela é mais populosa do que 96% dos municípios do Brasil. Esses dados demonstram a grandiosidade populacional do complexo e de como é importante pensar e pressionar por políticas públicas que atendam especificamente às necessidades de cada território que o compõe. Por exemplo, o Censo observou que 98,3% das residências do complexo contam com fornecimento de água potável, indicador positivo que foi destacado como uma conquista das lutas dos moradores pela garantia de direitos. Entretanto, foi identificado que o maior déficit de fornecimento de água potável estava na favela Parque União, que contava com 168 domicílios que ou não tinham água ou tinham somente com acesso externo (Redes da Maré, 2019). Daí vem a importância de saber quais problemas estruturais são mais expressivos, e em quais localidades eles precisam de ainda mais atenção.



Depois da primeira realização do Censo, o Redes ainda organizou outros dois levantamentos, ambos em 2014: o Guia de Ruas da Maré, que mapeou mais de 800 logradouros do complexo, e o Censo de Empreendimentos da Maré, um levantamento sobre os estabelecimentos comerciais da comunidade e seus perfis.

Com o agravamento da COVID-19 no Brasil, os movimentos se mobilizaram para coletar dados que mostrassem os impactos socioeconômicos da pandemia. É o caso do já citado levantamento “Coronavírus nas favelas: a desigualdade e o racismo sem máscaras”, realizado pelo coletivo Movimentos nas favelas do Complexo do Alemão, do Complexo da Maré e da Cidade de Deus. Mas aqui, queremos destacar painéis que monitoraram o avanço da doença em periferias do estado em tempo real. Em um cenário de carência de testagens em massa e de subnotificação dos casos pelas três esferas do governo, essas iniciativas traziam indicadores confiáveis sobre o avanço da doença especificamente nas favelas.

Foram muitos os painéis que analisaram o avanço da COVID-19 nas favelas do Rio de Janeiro, como o Painel do Voz das Comunidades, o #CoronanasFavelas, da Frente Maré, e o painel da COVID-19 na Rocinha, do Fala, Roça!. Mas talvez o mais abrangente tenha sido o Painel Unificador Covid-19 nas Favelas, lançado em julho de 2020. Feita pela organização Comunidades Catalisadoras, em parceria com alguns dos coletivos citados anteriormente, a plataforma fornecia indicadores sobre os números da COVID-19 em 228 favelas da cidade do Rio e dos municípios de Itaboraí e Mesquita. Os dados eram capturados a partir de quatro fontes oficiais⁵: autodeclaração, feita por meio de um formulário disponibilizado no website do Painel; relatores locais, em que uma única liderança comunitária ou de ONG da cada favela identificava e relatava ao painel casos observados no território; incorporações de outros painéis, em que eram absorvidos casos mencionados em painéis de outras organizações; e por utilização de CEP, a partir de uma captura de dados feitas por software, que permitia identificar CEPs localizados nos limites da favelas e contabilizar tanto o número de casos quanto de óbitos (Comunidades Catalisadoras, 2020).

⁵ Metodologia disponibilizada a partir de uma nota técnica lançada pela Comunidades Catalisadoras. Disponível em: <https://comcat.org/wp-content/uploads/2020/12/2020-12-10-Nota-Te%CC%81cnica-No.-1-do-Painel-Unificador-Covid-19-nas-Favelas.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.



Em seu release de lançamento, é afirmado que o principal objetivo do Painel Unificador é “apoiar os esforços de prevenção realizados por movimentos comunitários, para informarem seus vizinhos e pressionarem por políticas públicas necessárias, além de fornecer uma visão mais precisa do impacto da pandemia nas favelas” (Comunidades Catalisadoras, 2020). Assim, é possível entender o Painel como um exemplo claro de como o fazer comunitário, por meio do ativismo de dados, constitui-se como uma ferramenta para fortalecer as vozes das favelas do Rio, nesse caso, defendendo a sobrevivência de seus moradores de forma ainda mais literal.

Após alguns meses de atuação, em parceria com o movimento LabJaca, o Painel lançou o vídeo-campanha⁶ #DadosSalvamVidas, que buscou conscientizar o público sobre a importância de moradores e lideranças da favela enviarem relatos de sintomas e óbitos, ajudando na construção coletiva do Painel. Nele, alguns dos colaboradores da iniciativa falaram sobre a relevância de ter dados próprios como uma ferramenta para pressionar por políticas públicas de combate ao vírus da COVID-19.

Desde então, já foi possível observar a produção de outros levantamentos, com temáticas que vão além da pandemia, realizados inclusive por laboratórios de favelas especializados na produção de dados. É o caso do Laboratório de Dados e Narrativas na Favela do Jacarezinho (LabJaca), organização que nasceu na favela do Jacarezinho e que tem como missão impulsionar ações que reflitam a demanda dos moradores por meio da geração cidadã de dados. Desde sua criação, em 2020, o coletivo já realizou quatro pesquisas, das quais destacamos a sobre insegurança energética no Jacarezinho, realizada em 2021, e intitulada “Como anda a luz no Jacarezinho?”. Esse levantamento contou com uma amostra de 40 moradores, que responderam a um formulário online sobre suas percepções do fornecimento de energia elétrica na favela. Os resultados⁷ apontaram que pelo menos 50% dos residentes sofrem com falta de luz pelo menos uma vez por semana. Sobre as consequências de conviver com a falta de luz, 42% declararam que perderam alimentos, que estragaram sem a geladeira, e 22% afirmaram que perderam eletrodomésticos variados.

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=19dByqBRReoI>. Acesso em: 20 jul. 2024.

⁷ Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=54568#:~:text=Neste%20cen%C3%A1rio%2C%2068.8%25%20sofrem%20com,falta%20luz%20menos%20que%20semanalmente>. Acesso em: 21 de jul. de 2024



A partir do resultado, o LabJaca afirmou que o direito básico de acesso à energia elétrica não é assegurado pelo Estado, sendo negligenciado ainda mais em contextos de vulnerabilidade social. Com os dados do levantamento, o coletivo entrou em contato com a Light, agência responsável por abastecer a energia elétrica para todo o estado do Rio de Janeiro, e com a RioLuz, responsável por gerir a iluminação pública do município do Rio e fiscalizar instalações de energia elétrica. Entretanto, não obteve respostas até o fechamento do seu produto, que foi publicado pelo veículo Rio on Watch, em abril de 2021.

Ainda assim, a pesquisa do LabJaca traz, em sua síntese, o conceito de ativismo de dados abordado ao longo deste trabalho e se apresenta como um exemplo concreto da construção de narrativas sobre as favelas, pelas próprias favelas.

Outra organização que atua na mesma linha é o `data_labe`, associação autônoma e sem fins lucrativos fundada em 2016, que busca promover a “democratização do conhecimento por meio da geração, análise e divulgação de dados com foco em raça, gênero e território a partir do Complexo da Maré – RJ” (Data_Labe).

Dentre os levantamentos realizados pelo movimento, destacamos o “Cocôzap”, que traz um panorama sobre a situação do saneamento básico nas 16 favelas que compõem o Complexo da Maré. Segundo o relatório do projeto, lançado em 2021, a iniciativa nasceu justamente da percepção de que os dados oficiais, apresentados por entidades públicas, não refletiam a real situação do território:

Uma das principais justificativas para o projeto é a percepção de que os dados sobre o saneamento não correspondem à realidade experimentada pelos moradores da Maré. E sabendo que atualmente os dados são um dos principais instrumentos de formulação de políticas públicas, como esperar políticas fidedignas em um cenário de dados não condizentes? (Data_Labe, 2021).

A metodologia do “Cocôzap” envolveu: dividir o território da Maré em quatro áreas; selecionar quatro “embaixadores” do projeto, sendo cada um residente de uma das áreas divididas, que ficariam responsáveis por acompanhar e relatar os problemas identificados ao banco de dados; reunir as queixas recebidas em uma planilha, atribuindo a cada uma delas um código de identificação, endereço, sua foto e subcategoria de referência. As subcategorias foram divididas em quatro categorias maiores, que eram: Esgoto, que envolvia esgotos a céu aberto,



transbordamento, bueiro entupido ou problemas com bueiro; Drenagem urbana, que englobava problemas de alagamento e boca de lobo entupido; Lixo, que reunia casos relacionados à acúmulo de lixo e entulho; Abastecimento de água, que envolvia problemas de transbordamento, falta ou vazamento de água. As queixas poderiam ser enviadas ao data_labe pelos próprios moradores, pelo aplicativo de mensagens WhatsApp. Essa foi uma escolha estratégica, já que a rede social de mensagens é a mais popular no território. Já os embaixadores percorriam suas áreas semanalmente, identificavam problemas de saneamento básico e incluíam georeferências no *My Maps*, mecanismo do *Google Maps* (Data_Labe, 2021).

Aqui, vale ressaltar uma informação “dos bastidores” que o data_labe trouxe no material “Cocôzap: um guia sobre geração de dados cidadã” (2024). No documento, é mencionado que, em 2021, o número de WhatsApp do projeto, utilizado para receber denúncias, foi cancelado por falta de recarga: “Logo a gente, que fala de tecnologia todos os dias da nossa vida, esqueceu de ficar fazendo recarga no celular, porque sempre usávamos o celular por conexão via wi-fi” (Data_Labe, 2024). Esse exemplo nos mostra que, apesar de oferecer soluções e facilitar o processo de recebimento de denúncias e mineração dos dados, a Internet tem também suas limitações. E não só limitações técnicas, como a vivenciada pelo coletivo. Seu acesso ainda é restrito, principalmente para pessoas em situação de risco social, e as informações veiculadas ainda não chegam de forma democrática em toda a sociedade (Ramalho, 2015).

Ainda assim, os resultados da pesquisa do Cocôzap apresentados no relatório somavam 229 queixas em todo o complexo, tanto feitas pelos próprios moradores, quanto observadas pelos embaixadores. Dessas, as mais frequentes foram relacionadas à subcategoria de “Esgoto a céu aberto, com 70 queixas, e, “Acúmulo de lixo e entulho”, com 42 queixas. Além disso, o levantamento também identificou as favelas que apresentavam uma situação mais crítica em cada classificação. No caso de “Esgoto à céu aberto”, por exemplo, as localidades que concentraram mais queixas eram o Morro do Timbau, a Nova Maré e a Baixa do Sapateiro.

Não só os resultados do levantamento foram disponibilizados, como também foi feito um cruzamento com bases de dados do IBGE e do DataRio, a fim de mostrar a discrepância entre a pesquisa local e as “oficiais”. No relatório, também foram apresentadas propostas de soluções para os problemas identificados na pesquisa. Foi sugerido, por exemplo, a criação de programas voltados para a reciclagem de resíduos sólidos como medida para mitigar o problema



de acúmulo de lixo. Para combater questões voltadas à drenagem urbana, o relatório propõe a criação de “Jardins de Chuva”, descritos como “uma tecnologia de drenagem que é baseada em pequenos jardins projetados para reter e infiltrar a água da chuva” (Data_Labe, 2021).

Além de propor soluções, o relatório reforçou a importância de reforçar e se fazer cumprir as políticas públicas que foram criadas justamente para sanar os problemas evidenciados pela pesquisa. É mencionado o caso do Plano Municipal de Saneamento Básico (2011), aprovado pelo Decreto n.º 34.290 em 2011:

O PMSB de 2011 trazia como uma das suas metas que, até 2020, a operação do sistema de esgotamento sanitário deveria tratar 100% do esgoto coletado. A gente sabe que na Maré, grande parte do esgoto é coletado, mas ele segue sendo despejado na Baía de Guanabara (Data_Labe, 2021).

A atuação do data_labe é mais um exemplo prático de como o ativismo de dados vem sendo utilizado por coletivos como uma ferramenta de emancipação local. Norteado pelo bem comum e pela busca de melhorias que impactem a comunidade de forma coletiva, a organização aposta na produção de dados próprios como uma forma de buscar soluções territoriais, pressionar o cumprimento de políticas públicas e contestar dados produzidos por instituições oficiais. No caso do “Cocôzap”, essa estratégia é recortada a partir de problemas relacionados ao saneamento básico. Mas nos exemplos anteriores, vimos que os temas podem ser plurais, e até mesmo mais abrangentes, como no caso do Censo da Maré, que busca tangibilizar e cruzar resultados de temáticas transversais.

Para além das pesquisas, o data_labe também aposta na capacitação comunitária cidadã e disponibiliza, em sua página na internet, o “Dados Sem Caô”. Trata-se de um guia em formato PDF de acesso livre, que ensina como analisar, tratar e visualizar dados. Baseado nesse material, o laboratório ainda lançou, em 2023, uma residência voltada para formação em análise de dados, que foi realizada em 16 encontros, ao longo de dois meses. Na página do projeto, é ressaltada a importância de grupos de ativistas oriundos de periferias, e que façam parte de minorias sociais, saberem trabalhar com dados: “para a ampliação da efetivação de direitos das populações negligenciadas pelas políticas públicas” (Data_Labe, 2023)



Considerações finais

A partir da análise da atuação e dos levantamentos realizados pelas associações citadas ao longo deste trabalho, é possível observar como muitos coletivos de favelas do Rio de Janeiro colocam em prática os conceitos de ativismo de dados e comunidades gerativas. Seus objetivos caminham na mesma direção: utilizar os dados como uma ferramenta de participação comunitária e cidadã, a fim de buscar soluções e pressionar as autoridades por políticas públicas direcionadas, mesmo em um cenário de violência e ausência do estado. No caso do LabJaca e do data_labe, as pesquisas realizadas foram, inclusive, apontadas pelos movimentos como uma ferramenta de monitoramento do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Vale ressaltar que muitas vezes o ativismo de dados feito por esses coletivos transpassa a produção de números e estatísticas e agrega, também, um valor educativo. Isso porque, para realizar tais pesquisas, a maioria dos coletivos capacita os próprios moradores de favelas, oferecendo guias e cursos de formação em coleta, análise e tratamento de dados. Tal processo relaciona-se com a proposta de comunicação educativa, de Peruzzo (1999), que explora como a participação de indivíduos da comunidade em veículos comunitários faz com que eles se tornem protagonistas capazes de contribuir com o fazer comunicacional.

Nesse mesmo sentido, o Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC), da UFRJ, também tem sido um catalisador de formação cidadã em prol do ativismo de dados. Em 2022, foi oferecido o curso de curta duração “Dados e Favela”, que tinha como objetivo formar comunicadores populares, representantes de coletivos, ou alunos interessados em aprender técnicas de coleta, tratamento e análise de dados. Essa foi uma iniciativa demandada pelos coletivos que já estavam ligados ao LECC, o que evidencia como a mineração de dados tem sido, cada vez mais, entendida como uma ferramenta poderosa de ativismo social, capaz de atuar em prol da emancipação territorial e social.

Referências

CASTRO, Paulo César; PAIVA, Raquel. Cidadania e mineração de dados: produção de conhecimento pelas favelas do Rio de Janeiro. *In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS*, 33., 2024, Campinas. *Anais [...]*. Campinas: Compós, 2024. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos->



[2024/trabalhos/cidadania-e-mineracao-de-dados-producao-de-conhecimento-pelas-favelas-do-rio-de?lang=pt-br](#). Acesso em: 20 Jul. 2024.

COMUNIDADES CATALISADORAS. **Nota Técnica No.1:** Painel Unificador Covid-19 nas Favelas, 2020. Disponível em: <https://comcat.org/wp-content/uploads/2020/12/2020-12-10-Nota-Te%CC%81cnica-No.-1-do-Painel-Unificador-Covid-19-nas-Favelas.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

COMUNIDADES CATALISADORAS. **Painel unificador das favelas do Rio de Janeiro lançado nesta quinta, dia 9/7.** Disponível em: <https://comcat.org/wp-content/uploads/2020/07/2020-07-07-COVID-PAINEL-RELEASE.pdf>. Acesso e: 20 jul. 2024.

DATA_LABE, **Relatório Cocôzap:** sistematizando dados e reformulando políticas, 2021. Disponível em: <https://datalabe.org/download/20091/?tmstv=1720809023>. Acesso em: 21 jul. 2024.

DATA_LABE, **Cocôzap:** um guia sobre geração de dados cidadã, 2024. Disponível em: <https://datalabe.org/download/23002/?tmstv=1720808388>. Acesso em: 25 ago. 2024.

DATA_LABE, **Residência Dados Sem Caô,** 2023. Disponível em: <https://datalabe.org/residencia-dados-sem-cao/>. Acesso em: 21 jul. 2024.

DIDIER, Emmanuel; BRUNO, Isabelle. O "estatativismo" como uso militante da quantificação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 23, n. 56, p. 82-109, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-105471>.

LISBOA, Vinícius. Complexo da Maré teve letalidade por covid duas vezes maior que o Rio. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 18 ago. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2022-08/complexo-da-mare-teve-letalidade-por-covid-duas-vezes-maior-que-o-rio>. Acesso em: 18 jul. 2024.

MOVIMENTOS, **Coronavírus nas favelas:** a desigualdade e o racismo sem máscaras, 2020. Disponível em: https://cesecseguranca.com.br/wp-content/uploads/2021/10/MOV_relato_covid_1908-1.pdf. Acesso em: 16 jul. 2024.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum:** comunidade, mídia e globalismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

PAIVA, R. Estratégias de Comunicação e Comunidade Gerativa. *In:* PERUZZO, Círcia M. K. (org). **Vozes cidadãs:** aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical da América Latina. São Paulo: Angellara Editora, 2004. p. 57-74.

PERUZZO, Círcia M. Krohling. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 205-228, 1999.

PERUZZO, Círcia M. Krohling. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. **Contemporânea:** comunicação e cultura, v. 11, n. 1, p. 138-158, jan./abr. 2013.

RAMALHO, Luiz Fernando. Comunicação Comunitária, Internet e Novas Tecnologias: um caminho possível. *In:* CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE MÍDIA CIDADÃ, 10., 2015, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ABPCOM, 2015. Disponível em: <https://www.faac.unesp.br/Home/Departamentos/ComunicacaoSocial/midiacidadada/dt4-2.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2024.



REDES DA MARÉ. **Censo Populacional da Maré**, 2019. Disponível em:
https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CensoMare_WEB_04MAI.pdf. Acesso em: 18 jul. 2024.

RIO DE JANEIRO. **Plano Municipal de Saneamento Básico - Água e Esgoto**. Rio de Janeiro: 2011. Disponível em:
<https://onedrive.live.com/?authkey=%21AHdhfvyEfp7VUtQ&cid=396F7534AC5D69C4&id=396F7534AC5D69C4%219241&parId=-396F7534AC5D69C4%219226&o=OneUp>. Acesso em: 25 ago. 2024.